



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 02/2025
ABERTO – COMPRASNET

QUADRO DE INFORMAÇÕES	
UASG	928847
Processo	2025/27009/066867
Pregão Eletrônico SRP	02/2025/CEAAL-GUARAI
Modo de Disputa	Aberto
Modalidade	Pregão Eletrônico - Registro de Preços
Tipo	Menor Preço Por Item
Órgão Requisitante	Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão
Site	https://www.gov.br/compras/pt-br
Agente de Contratação	José Carlos da Silva
Telefone	(63)99958-6810
e-mail	antonioalencarleao@ue.seduc.to.gov.br
Data/Horário	30/04/2024 às 8h (Horário de Brasília)

PREÂMBULO

A **Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão** por meio da presidente da associação a Sr.ª **Aldenice Leandro de Sousa Santos**, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, por intermédio do site comprasnet.gov.br, do tipo **menor preço por item**, modo de disputa **aberto**, de acordo com o definido no quadro de informações, por intermédio do site estabelecido no quadro de informações. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº6.066/2023, e pelas condições estabelecidas no presente Edital. Este pregão será conduzido pelo Agente de Contratação e respectiva Equipe de Apoio, designados, pelo Presidente da Associação de Apoio, através da Portaria nº 02 de 06 de março de 2025.

A Minuta de Edital e seus anexos foram examinados pela Assessoria Jurídica da Superintendência Regional de Educação da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

03. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura **aquisição de MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS, fundamentais para a manutenção preventiva e corretiva, visando atender a demanda dos alunos matriculados no Colégio Estadual Antônio Alencar Leão do Município Guaraí/TO.**

1.2. A licitação será do tipo menor preço por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o participante oferecer proposta para o(s) item(ns) que deseja concorrer.

1.3. Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no www.gov.br/compras, prevalecerão as do Edital.

1.4. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.5. Os produtos propostos deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, em especial **ANVISA** ou equiparadas, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.



- 1.6. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.7. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art.104, § 1º, do Decreto nº6.606, de 2023.
- 1.8. O valor estimado aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
- 1.9. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no CATMAT/CATSER e as especificações constantes no Edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

04. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 1.10. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via Internet.
- 1.11. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico no site no site estabelecido no quadro de informações.
- 1.12. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal, única e exclusiva do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 1.13. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à Associação de Apoio às Escolas, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 1.14. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 1.15. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer licitação, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.
- 1.16. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.17. A não observância do disposto no item acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

05. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 1.18. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 1.19. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até 3(dia) útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.**
- 1.20. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.21. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 1.22. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



1.23. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa deverão respeitar as regras estabelecidas no art. 16 da Lei 14.133/2021.

1.24. A pessoa física, trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto desta licitação, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual.

NÃO PODERÃO participar desta licitação:

1.25. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.26. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de materiais/serviços a ele relacionados;

1.27. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

1.28. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de materiais/serviços a ela necessários;

1.29. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.30. O impedimento se estende também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

1.31. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.32. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.33. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.34. Agente público do órgão ou entidade licitante;

1.35. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.36. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.37. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº14.133, de 2021;

1.38. Em regra, fornecimentos de materiais/serviços comuns que não ensejam grande complexidade na execução do objeto, por não demandarem a conjugação de esforços de empresas para viabilizar a participação no certame, justificam a vedação à participação de consórcios;

1.39. No caso de peculiaridades do caso concreto, a ser justificado no Termo de Referência, poderá ser admitida a participação de empresas em consórcio;

1.40. Empresa consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou de forma isolada;

1.41. As empresas ou pessoas físicas que se encontrem impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou com os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, nos termos do Art. 156, III e § 4º da Lei 14.133/2021 e do Art. 320, §3º do Decreto nº6.066/2023, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

1.42. As empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei nº14.133/2021, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;



- 1.43. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- 1.44. Que estejam sob falência ou insolvência civil e dissolução de sociedade;
- 1.45. Quando da participação de **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão ser adotados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº123/2006, conforme quadro de informações;
- 1.46. A obtenção de benefícios referente à ME/EPP, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- 1.47. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §1º e 2º do art. 4º da Lei nº14.133/2021.
- 1.48. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº14.133/2021.

06. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1.49. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 1.50. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 1.51. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 1.52. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 1.53. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 1.54. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 1.55. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 1.56. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº14.133, de 2021.
- 1.57. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº14.133, de 2021.
- 1.58. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



1.59. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº14.133, de 2021, e neste Edital.

1.60. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.61. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

1.62. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

1.63. **Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:**

1.64. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

1.65. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

1.66. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

1.67. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

1.68. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

1.69. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado e possuir caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

1.70. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

1.71. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

07. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1.72. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) e (XXXXXXXXXX) total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

1.73. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

1.74. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais/serviços.

1.75. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



1.76. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

1.77. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.78. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.79. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

1.80. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

1.81. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

1.82. O Agente de Contratação poderá requisitar a licitante que readéque sua proposta, caso está apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

1.83. Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, o Agente de Contratação realizará o arredondamento “para menos”.

1.84. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos/serviços e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

1.85. O processo será encaminhado ao órgão requisitante para análise da equipe técnica e manifestação do Gestor quanto às propostas ofertadas, conforme solicitado no termo de referência e quanto aos preços apresentados.

08. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1.86. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

1.87. **O Agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.**

1.88. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante, durante o preenchimento no sistema.

1.89. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

1.90. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

1.91. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

1.92. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.



1.93. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1.94. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

1.95. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

1.96. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

1.97. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme tabela disposta no Termo de Referência deste edital.

1.98. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado

1.99. Será adotado para **o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

1.100. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

1.101. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

1.102. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

1.103. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

1.104. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

1.105. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

1.106. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

1.107. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

1.108. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

1.109. Caso seja adotado para envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

1.110. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no edital, licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

1.111. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



1.112. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

1.113. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

1.114. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

1.115. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

1.116. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

1.117. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

1.118. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

1.119. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

1.120. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

1.121. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

1.122. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

1.123. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

1.124. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº8.538, de 2015.

1.125. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

1.126. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

1.127. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.128. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.129. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



1.130. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº14.133, de 2021 e art. 118 do Decreto Estadual nº6.606 de 2023, nesta ordem:

- 1.131. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 1.132. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações.
- 1.133. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Estadual nº6.606/2023
- 1.134. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 1.135. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos materiais/serviços produzidos ou prestados por:**
- 1.136. Empresas estabelecidas no território do Tocantins;
- 1.137. Empresas brasileiras;
- 1.138. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 1.139. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 1.140. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 1.141. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 1.142. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 1.143. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 1.144. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 1.145. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

09. DA FASE DE JULGAMENTO

- 1.146. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar atende às condições de participação do certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº14.133/2023, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta dos seguintes cadastros:
- 1.147. SICAF;
- 1.148. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido na Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
- 1.149. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>);
- 1.150. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes>);
- 1.151. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>).



1.152.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº8.429, de 1992.

1.153.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº3/2018, art. 29, caput).

1.154.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº3/2018, art. 29, §1º).

1.155.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº3/2018, art. 29, §2º).

1.156.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

1.157.Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

1.158.O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de não aceitação da proposta.

1.159.É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

1.160.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo agente de contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo agente de contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

1.161.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

1.162.Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

1.163.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

1.164.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

1.165.Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.166.Contiver vícios insanáveis;

1.167.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

1.168.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.169.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.170.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

1.171.No caso de materiais/serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

1.172.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

1.173.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



- 1.174. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 1.175. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.
- 1.176. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 1.177. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 1.178. O agente de contratação poderá encaminhar, nos termos do art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 20, I do Decreto Estadual nº 6.606 de 2023, encaminhar por meio do sistema eletrônico contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 1.179. Também nas hipóteses em que o agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar como licitante para que seja obtido preço melhor.
- 1.180. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 1.181. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

- 1.182. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 1.183. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Habilitação jurídica:

- 1.184. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.185. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.186. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.187. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.188. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971;
- 1.189. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 1.190. **Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;**
- 9.7.8. Documentos pessoais do(s) administrador(es) da empresa licitante indicado(s) no ato constitutivo.

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:



1.191. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

1.192. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente na forma da Lei;

1.193. Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

1.194. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

Qualificação Econômico-Financeira:

1.195. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.196. No caso de fornecimento de materiais/serviços para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

1.197. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

1.198. O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado:

a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e

b) da apresentação do balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício.

1.199. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um) resultantes da aplicação das fórmulas, devidamente assinados por profissional habilitado na área contábil que atende o atendimento dos índices:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Logo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

Qualificação Técnica:

1.200. Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório, por parte da licitante, de objeto similar, conforme discriminado no Termo de Referência.

1.201. Declaração de que possui estrutura e equipe adequadas para atender às necessidades dos itens previstos.

1.202. Informações complementares em relação aos documentos das microempresas, empresas de pequeno porte:

1.203. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ele será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

1.204. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.



- 1.205. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade desta.
- 1.206. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 1.207. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 1.208. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 1.209. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 1.210. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 1.211. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 1.212. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1.213. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:

- 1.214. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entre linhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 1.215. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 1.216. Conter o prazo de validade da proposta, prazo de entrega dos materiais e prazo de garantia dos materiais, conforme definido no Termo de Referência.
- 1.217. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 1.218. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 1.219. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 1.220. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 1.221. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 1.222. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 1.223. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



1.224. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.225. O agente de contratação verificará as propostas de preços desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

1.226. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõe, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

1.227. A marca/modelo e fabricante do produto cotado, incluído no site estabelecido no quadro de informações deverão ser os mesmos indicados na proposta e a serem entregues, sem aceitação de nenhuma outra.

1.228. A equipe técnica, quando da análise do produto apresentado, poderá recorrer aos sítios oficiais das marcas ou fabricantes para averiguação da especificação técnica do modelo/versão do produto ofertado, visando a comprovação da qualidade.

1.229. A empresa em condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), deverá apresentar declaração do licitante que não celebrou contratos com a Administração Pública, no ano-calendário de realização desta licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.230. O agente de contratação poderá requisitar a licitante que readéque sua proposta, caso esteja apresente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

12. DOS RECURSOS

1.231. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº14.133, de 2021.

1.232. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.233. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.234. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

1.235. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.236. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

1.237. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

1.238. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.239. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

1.240. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1.241. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.242. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



1.243. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, para tanto a solicitação deverá ser encaminhada por e-mail à antonioalencarleao@seduc.to.gov.br.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1.244. A sessão pública poderá ser reaberta:

1.245. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

1.246. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

1.247. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

1.248. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

1.249. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1.250. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº14.133, de 2021.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

1.251. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta contratação, salvo se estiver expresso no Termo de Referência e no quadro de informações disposto neste edital.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1.252. Após a publicação da Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

1.253. A celebração de termo de contrato ou instrumento equivalente a que se refere o item anterior deverá ocorrer por intermédio de assinatura digital.

1.254. A licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

1.255. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

1.256. Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº14.133/2021;

1.257. A contratada se vincula à sua proposta, à Ata de Registro de Preços, às previsões contidas no edital e seus anexos;

1.258. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o poder público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.259. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

1.260. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato.



1.261. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar o(s) licitante(s) que integram o cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1.262. O prazo de vigência da contratação será definido no Termo de Referência, de acordo com a natureza do objeto licitado.

1.263. O órgão contratante, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, deve observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

1.264. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

1.265. As publicações resumidas do contrato que vier a ser firmado deverão ser realizadas na forma do estabelecido no Art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

1.266. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

1.267. Os materiais serão solicitados mediante correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação do recebimento pela empresa.

1.268. A entrega será realizada de forma parcelada de acordo com as necessidades da Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, **e quando solicitado o prazo máximo para entrega será de 12 horas, devido a unidade escolar não possuir depósito que venha a suportar o quantitativo de uso semanal, contados da confirmação do recebimento da solicitação para o fornecedor, durante o horário de expediente, das 07h às 11h e das 13h às 17h (de segunda a sexta-feira), no Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, Localizado na Avenida Joaquim Guará nº 2801, Centro - CEP: 77700-000, Guaraí/TO.**

1.269. A carga e descarga serão por conta do fornecedor, sem ônus de frete para a Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

1.270. Os produtos/materiais deverão ser entregues bem acondicionados de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

1.271. Não serão recebidos os materiais que não estejam de acordo com as especificações do Termo de Referência.

1.272. Os materiais/serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

1.273. Os materiais/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.274. Os materiais/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



1.275. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.276. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1.277. O recebimento será confiado a Comissão designada, oportunamente, pelo Secretário;

1.278. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela garantia da qualidade dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, bem como responsabilidade administrativa cabível, nos termos do art. 140 §2º da Lei nº14.133 de 2021.

19. FISCALIZAÇÃO

1.279. Nos termos do art. 117 da Lei nº14.133 de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

1.280. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº14.133 de 2021.

1.281. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1.282. São obrigações da Contratante:

1.283. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

1.284. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

1.285. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

1.286. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

1.287. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

1.288. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.289. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1.290. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;



1.291.O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

1.292.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.293.Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

1.294.Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.295.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.296.Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

1.297.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

1.298.Atender prontamente às solicitações da Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, no fornecimento dos gêneros alimentícios nas quantidades e especificações deste Termo de Referência;

1.299.Entregar os alimentos acondicionados adequadamente, em invólucro lacrado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal, discriminado o quantitativo do produto, de acordo com as especificações técnicas;

1.300.Substituir quaisquer gêneros alimentícios que não esteja dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conservação, que apresente defeito ou não esteja em conformidade com as especificações da proposta apresentada;

1.301.Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referente à embalagem e transporte para a entrega dos Gêneros Alimentícios aos técnicos da unidade escolar.

22. DO PAGAMENTO

1.302.A **contratada** deverá apresentar a **nota fiscal** e fatura correspondentes ao objeto licitado a Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

1.303.O pagamento será realizado no prazo estipulado no Termo de Referência, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.304.Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

1.305.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 66 da Lei nº14.133/21.

1.306.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018.

1.307.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará



sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

1.308. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.309. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

1.310. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

1.311. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.312. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratuais nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

1.313. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.314. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

1.315. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.316. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

1.317. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} EM &= I \times N \times VP, \text{ sendo:} \\ EM &= \text{Encargos moratórios;} \\ N &= \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\ VP &= \text{Valor da parcela a ser paga.} \\ I &= \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:} \\ I &= (TX)I = \frac{(6 / 100)I}{365} = 0,00016438 \\ TX &= \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{aligned}$$

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.318. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/21.

1.319. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.320. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação durante o certame;



- 1.321. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando;
- 1.322. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 1.323. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 1.324. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 1.325. Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas;
- 1.326. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.327. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 1.328. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 1.329. Fraudar a licitação.

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 1.330. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 1.331. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 1.332. Solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame, sem apresentar a devida justificativa;
- 1.333. Abandonar o certame.
- 1.334. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 1.335. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 1.336. A Associação de Apoio da Escola Estadual Irineu Albano Hedges, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 1.337. Advertência;
- 1.338. Multa;
- 1.339. Impedimento de licitar e contratar; e
- 1.340. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 1.341. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Associação de Apoio da Escola Estadual Irineu Albano Hedges.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.342. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o **prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito ao registro dos preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.**
- 1.343. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 1.344. Será formalizada a Ata de Registro de Preços para o registro dos itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 1.345. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.



25. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

1.346. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

1.347. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

1.348. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

1.349. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas na Ata de Registro de Preços.

26. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.350. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.351. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será respondido por meio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

1.352. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail antonioalencarleao@ue.seduc.to.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Avenida Joaquim Guará, nº2.801, Guaraí/TO, CEP:77.700-000 - Coordenação Financeira.

1.353. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.354. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.355. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

27. DAS ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

1.356. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

1.357. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

1.358. **Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 Lei nº14.133, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato** que se fizerem nas obras, no objeto ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.359. A Ata da sessão pública do Pregão será divulgada no sistema eletrônico.

1.360. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.



1.361. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

1.362. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.363. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

1.364. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.365. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.366. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

1.367. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.368. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br> ou pode ser solicitado via e-mail: antonioalencarleao@ue.seduc.to.gov.br.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.369. ANEXO I - Termo de Referência;

1.370. ANEXO II – Modelo de Proposta;

1.371. ANEXO III – Modelo da Ata de Registro de Preços, e

1.372. ANEXO IV – Minuta de Contrato.

Guaraí/TO, 17 de março de 2025

Aldenice Leandro de Sousa Santos
Presidente da Associação

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

29. 01. OBJETO

1.01 Aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, fundamentais para a manutenção preventiva e corretiva, visando atender a demanda dos alunos matriculados no Colégio Estadual Antônio Alencar Leão do Município Guaraí/TO.

1.02 O custeio da aquisição ocorrerá por meio do Programa Gestão Compartilhada.

30. 02. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

02.01 A Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão tem como uma de suas principais atribuições garantir a manutenção e melhoria contínua das instalações da escola, assegurando um ambiente seguro e propício ao desenvolvimento educacional dos alunos. Para que esses objetivos sejam alcançados, é imprescindível a disponibilização regular de materiais elétricos e hidráulicos, fundamentais para a manutenção preventiva e corretiva das instalações.

2.02 Atualmente, a escola enfrenta desafios constantes relacionados à infraestrutura elétrica e hidráulica, que necessitam de reparos frequentes. A fim de assegurar a continuidade das atividades escolares e o bem-estar de toda a comunidade escolar, faz-se necessária a aquisição regular desses materiais.

02.03 A contratação por meio de um Sistema de Registro de Preços (SRP) permite à Associação uma maior flexibilidade e agilidade no atendimento das demandas, além de garantir que as compras sejam realizadas de maneira mais econômica, transparente e conforme a legislação vigente.

02.04 Além disso, o SRP possibilita que a aquisição dos materiais seja feita conforme a necessidade, evitando o desperdício de recursos e assegurando que os insumos estejam sempre disponíveis quando necessários. Essa metodologia é especialmente relevante considerando a natureza imprevisível das demandas por materiais de manutenção, que podem variar significativamente ao longo do tempo.

2.05 A abertura do processo de licitação SRP para a aquisição de materiais elétricos e hidráulicos é, portanto, uma medida estratégica que visa otimizar o uso dos recursos financeiros da Associação, garantir a continuidade dos serviços essenciais e contribuir diretamente para a preservação da infraestrutura da Escola Estadual Antônio Alencar Leão.

2.06 Atualmente, o Estado do Tocantins trabalha com a gestão descentralizada, determinada pela Lei nº1.616, de 13 de outubro de 2005, onde os recursos são repassados diretamente às escolas, por intermédio das associações de pais e mestres.

2.07 Registra-se ainda que a presente aquisição se dará na modalidade de **Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preço** e será feita com base no art. 3º, inciso II, do Decreto Estadual nº6.081, de 07 de abril de 2020, que dispõe:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado quando:

II – For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

2.08 Tal demanda não se restringe apenas ao funcionamento básico da escola, mas também se fundamenta na Lei nº14.133/2021, que estabelece normas gerais de contratação de obras, serviços, compras e alienações no âmbito da administração pública.

31. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

3.1 A demanda e a estimativa do quantitativo foram de acordo com levantamento do número de matrículas efetivadas no **ano letivo de 2025** no Sistema de Gestão Escolar - SGE, sendo **406 alunos**.

**32. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

4.01 A demanda, estimativa e valor é:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Pc	30	ABRAÇADEIRA DE NYLON GRANDE - PACOTE 100	89,00	2.670,00
2	Pc	30	ABRAÇADEIRA DE NYLON MEDIO - PACOTE 100	40,50	1.215,00
3	Pc	30	ABRAÇADEIRA DE NYLON PEQUENO - PACOTE 100	29,67	890,00
4	Unid	10	ACAB VALVULA DESCARGA CLASSICA	85,46	854,63
5	Unid	5	ADESIVO PVC INCOLOR POTE 175G	20,99	104,93
6	Unid	10	ANEL VEDACAO BACIA SANT	13,07	130,73
7	Unid	20	ASSENTO ALMOF BR	56,01	1.120,13
8	Unid	10	BACIA CONV.SABATINI BR REF.IP500	392,23	3.922,33
9	Unid	30	BROCAS PARA CONCRETO 6MM	9,05	271,60
10	Unid	30	BROCAS PARA CONCRETO 8MM	12,97	389,20
11	Unid	30	BROCAS PARA FERRO 8MM	12,13	364,00
12	Unid	30	BROCAS PARA MADEIRA 8MM	12,66	379,80
13	Mt	300	CABO CORFIO FLEX 2.5MM PRETO	2,80	840,00
14	Mt	300	CABO FLEX 2.5MM VERMELHO	2,80	840,00
15	Mt	300	CABO FLEX 4.0MM VERMELHO	2,80	840,00
16	Mt	300	CABO FLEX 4.0MM AZUL	2,80	840,00
17	Mt	300	CABO FLEX 6.0MM AZUL	6,96	2.088,00
18	Mt	300	CABO FLEX 6.0MM VERMELHO	6,93	2.078,00
19	Unid	10	CAIXA GFACIL PG QD GR INOX 100X140X50	104,35	1.043,47
20	Unid	50	CAL HIDRATADO 20KG	41,67	2.083,33
21	Unid	50	CAL PINTURA 8KG	18,67	933,33
22	Mt	220	CANAleta ADESIVA	13,00	2.860,00
23	Unid	10	CHUVEIRO 9' C BRAC S/REG BCO	41,78	417,77
24	Unid	30	CIMENTO 50 KG	55,67	1.670,00
25	Unid	30	DISJUNTOR TR3KA 1P 20A	11,90	357,00
26	Unid	30	DISJUNTOR TR3KA 1P 25A	11,90	357,00
27	Unid	40	DISJUNTOR TR3KA 1P 40A	15,18	607,20
28	Unid	30	EXTENÇÃO DE 10METROS	71,27	2.138,20
29	Unid	20	FITA ISOLANTE USO GERAL 18MMX20M	12,23	244,67
30	Mt	20	FITA VEDA ROSCA 18MMX25M	9,30	186,07
31	Unid	50	INTER SIMP 6A+TOM 2P+T 10A ARIA	13,89	694,67
32	Unid	10	JOELHO 90 ESG 100MM PVC	6,13	61,33
33	Unid	50	JOELHO 90 SOLD 20MM PVC	1,09	54,67
34	Unid	50	JOELHO 90 SOLD 25MM PVC	1,10	54,83
35	Unid	50	JOELHO RED 90 SOLD BC LT 25MMX1/2 PVC	7,72	386,17
36	Unid	300	LAMPADA BULBO 50W	89,67	26.900,00
37	Mt	150	MANG JARDIM FLEX S/ENG	3,92	588,50
38	Unid	10	NIPLE ROSC 1/2	0,89	8,87



39	Unid	150	PARAFUSO COM BUCHA 10	2,93	440,00
40	Unid	150	PARAFUSO COM BUCHA 6	0,69	104,00
41	Unid	150	PARAFUSO COM BUCHA 8	0,76	113,50
42	Unid	20	PARAFUSO LAT VASO B12 CR	3,77	75,33
43	Unid	160	PLAFON RECEP LOUCA BRANCO	6,94	1.109,87
44	Unid	20	PLUGUE T2P 10A/250 BRANCO	12,70	254,07
45	Unid	5	TÊ 100X100	13,12	65,58
46	Unid	20	TÊ 90 SOLD 25MM	1,44	28,73
47	Unid	10	TÊ 90 SOLD LLR BC LT 25MMX3/4	13,03	130,27
48	Unid	5	TÊ CURTO ESG 50X50MM	6,51	32,53
49	Unid	80	TOMADA 2 2P+T 10A/250V ARIA	15,07	1.205,87
50	Unid	80	TOMADA 2P+T 10AP/250V ARIA	6,87	549,60
51	Unid	20	TORN HERC JARDIM 1128 1/2 -3/4	3,32	66,33
52	Unid	10	TORN 1130 1/2 X 3/4 C31 SOFT TANQ/JARD	51,83	518,30
53	Unid	10	TORN 1168 C65 GIR COZ BANC 1/4 V 5/8	73,35	733,50
54	Unid	5	TORN 1168 C65 GOURMET BANCADA 5/8	103,50	517,50
55	Unid	10	TUBO ESG 6M 100MM	93,50	935,00
56	Unid	10	TUBO ESG 6M 50MM	67,12	671,17
57	Unid	20	TUBO SOLD 25X6M	29,63	592,67
VALOR TOTAL					69.629,25

05. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.01 O custo estimado total da aquisição é de **R\$:69.629,25 (Sessenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos)**, conforme apostos na tabela acima, valor obtido com base na pesquisa de preços.

06. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.01 A empresa deverá apresentar documentos comprovando capacidade técnica para execução do objeto (materiais/serviços).

6.02 **Atestado de qualificação técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o fornecedor tenha executado, com qualidade e eficiência o objeto elencado no item 3.**

6.03 Declaração de que possui estrutura e equipe adequadas para atender às necessidades dos itens previstos.

6.04 Os equipamentos e materiais devem seguir as especificações descritas no item 3.

07. FORMA, PRAZOS OU CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

7.01 A entrega será realizada de forma parcelada de acordo com as necessidades da Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão **e quando solicitado o prazo máximo para entrega será de 2 horas, devido a unidade escolar não possuir depósito que venha a suportar o quantitativo de uso semanal.**

7.02 O objeto será entregue em Guaraí/TO.

08. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.01 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na Modalidade Pregão - SRP, na sua forma eletrônica, com adoção do critério de menor preço e utilização do sistema de registro de preços.

09. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.01 A Dotação orçamentária para cobrir as despesas decorrentes da contratação do objeto, correrá à conta dos recursos provenientes do programa gestão compartilhada.

10. REQUISITOS NECESSÁRIOS DE HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E/OU ECONÔMICA

10.01 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.02 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Habilitação jurídica:

10.03 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.04 No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.05 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.06 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.07 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

10.08 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.09 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.10 Documentos pessoais do(s) administrador(es) da empresa licitante indicado(s) no ato constitutivo.

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

10.11 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;

10.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as Contribuições Previdenciárias Sociais) Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente, ou outra equivalente na forma da Lei;

10.13 Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

10.14 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

Qualificação Econômico-Financeira:



10.15 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais ou ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.16 No caso de fornecimento de materiais/serviços para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

10.17 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.18 O microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº123 de 2006 estará dispensado:

- a) da prova de inscrição nos cadastros dos contribuintes estadual e municipal e
- b) da apresentação do balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício.

10.19 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um) resultantes da aplicação das fórmulas, devidamente assinados por profissional habilitado na área contábil que atende o atendimento dos índices:

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Logo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

Qualificação Técnica:

10.20 Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório, por parte da licitante, de objeto similar, conforme discriminado no Termo de Referência.

10.21 Declaração de que possui estrutura e equipe adequadas para atender às necessidades dos itens previstos.

10.22 Informações complementares em relação aos documentos das microempresas, empresas de pequeno porte:

10.23 Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ele será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.24 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.25 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade desta.

10.26 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.27 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.28 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.29 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.30 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.31 Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.32 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.01 São obrigações da Contratante:

11.02 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.03 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.04 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.05 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.06 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

11.07 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.01 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.02 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.03 O objeto, quando for o caso, deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.04 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.05 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.06 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.07 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.08 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.09 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:



- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.10 Atender prontamente às solicitações da Associação de Apoio da Escola Estadual Irineu Albano Hendges, na aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, fundamentais para a manutenção preventiva e corretiva, nas quantidades e especificações deste Termo de Referência;

12.11 Entregar dos produtos deverá ser acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte, acompanhado de nota fiscal, discriminado o quantitativo do produto, de acordo com as especificações técnicas;

12.12 Substituir quaisquer produtos que não esteja em bom estado de conservação, que apresente defeito ou não esteja em conformidade com as especificações da proposta apresentada;

12.13 Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referente à embalagem e transporte para a entrega na unidade escolar.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.01 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.01 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados partir da publicação do extrato do contrato, ou até a satisfação integral do objeto, na forma do art. 105 da Lei nº14.133/2021.

14.02 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

15. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.01 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021, pelas razões que não se aplicam a este.

16. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.01 Os Gestores do contrato serão os servidores: Aldenice Leandro de Sousa Santos - Mat. 433450-5 e Lanniel Primo Oliveira - Mat. 1089560-18, conforme Portaria 02 de 06 de março de 2024, ambos Gestora e Apoio Escolar do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

16.02 A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores: Francisco Barbosa da Silva Filho - Mat. 644733-3 e Genilda Aurelio da Cunha - Mat. 375916-1, conforme Portaria 02 de 06 de março de 2024, ambos professore e Coordenadora Pedagógica do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

16.03 A unidade técnica indicará substitutos para as funções indicadas acima.

16.04 A comunicação entre o contratante e a empresa contratada deverá ocorrer por intermédio do endereço cadastro no SICAF, sendo que o contratante não se responsabiliza por qualquer inconsistência nos dados de e-mail.

16.05 Caso a contratada necessite encaminhar qualquer comunicação ao Contratante poderá fazê-lo por intermédio do e-mail: licitairineualbanohendges@gmail.com, ou pelo telefone (63) 3464-2300.

16.06 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



16.08 execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.01 Os pagamentos devidos, serão efetuados após a entrega do produto.

17.02 A contratada deverá apresentar a nota fiscal contendo o total e o valor unitário em consonância com o valor licitado.

17.03 O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovado a cada vencimento.

17.04 **O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil**, a partir do recebimento definitivo do objeto pelo Gestor do Contrato indicado neste Termo de Referência, mediante transferência em conta bancária da contratada;

17.05 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.06 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.07 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.08 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.09 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.01 As sanções administrativas serão estabelecidas nas cláusulas do edital, em consonância com as penalidades previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº14.133/2021 e demais legislações aplicadas aos procedimentos licitatórios.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

19.02 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem os dispostos na Lei nº14.133, de 2021, aplicáveis no que for pertinente à contratação.

19.03 Fica vedada a adesão ao presente registro de preços.

Guaraí/TO, 17 de março de 2025

Aldenice Leandro de Sousa Santos
Presidente da Associação



ANEXO II PROPOSTA DE PREÇOS

A Associação de Apoio a Escola Estadual Antônio Alencar Leão, proposta que faz a empresa xxxxxxxx, inscrita no CNPJ: xxxxxxxx e inscrição estadual: xxxxxx, estabelecida no(a) xxxxxx, em conformidade com o Edital do **Pregão Eletrônico nºxxxx/2024(SRP)**. Oferecemos a esse órgão o preço a seguir indicado, para **aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, fundamentais para a manutenção preventiva e corretiva, visando atender a demanda dos alunos matriculados na Escola Estadual Antônio Alencar Leão do Município Guaraí/TO**. Conforme ANEXO I – Termo de Referência:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	VL.Unit.	VL.Total

O VALOR TOTAL GERAL para o(s) item(ns) ofertado(s) por esta empresa é de:

R\$ _

Dados da empresa:

Razão Social:

CNPJ (MF) nº:

Inscrição Estadual nº:

Endereço:

Fone:

E-mail:

CEP:

Cidade: Estado:

Banco:

Agência nº:

Conta nº:

Dados do responsável para assinatura do contrato:

Nome:

RG nº:

CPF nº:

Cargo/Função ocupada:

Fone:

E-mail:

Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias), contado da data da entrega da proposta.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2025

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)

ANEXO III ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

UASG: 928847

A Associação de Apoio a Escola Estadual Antônio Alencar Leão, situada à Avenida Joaquim Guará, nº 2.801, Centro, Guaraí/TO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.575.370/0001-100, neste ato, representada por sua presidente, Aldenice Leandro de Sousa Santos, nos termos da Lei nº14.133/2021 e demais normas legais aplicáveis, em razão da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico SRP nº XX/2024, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s), doravante denominada(s) **FORNECEDOR**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por item alcançada, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e nas disposições constantes desta Ata de Registro de Preços, para a formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP**, destinado às futuras aquisições, sujeitando se as partes às normas acima mencionadas e às disposições a seguir estipuladas.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura **aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, fundamentais para a manutenção preventiva e corretiva, visando atender a demanda dos alunos matriculados no Colégio Estadual Antônio Alencar Leão do Município Guaraí/TO.**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Fornecedor:

CNPJ:

Endereço:

Nome do representante:

CPF:

RG:

Contatos:

E-mail:

Item:

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Associação de Apoio a Escola Estadual Antônio Alencar Leão.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a partir da data da sua publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os quantitativos estimados na ata de registro de preços serão renovados proporcionalmente ao período da prorrogação, observada a estimativa de consumo inicialmente prevista pelo órgão gerenciador e pelos órgãos participantes.

6. DA REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.



6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a unidade gestora da ARP convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação do cadastro de reserva.

6.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, a unidade gestora da ARP convocará o fornecedor para verificar a possibilidade de cumprir o compromisso.

6.7. Caso o fornecedor não tenha condições de cumprir os termos e condições da ARP, será liberado do compromisso, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

6.8. Na hipótese prevista no item 6.4.1, a unidade gestora da ARP deverá convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva para igual verificação.

6.9. Não havendo êxito nas negociações e caso a elevação dos preços no mercado tenha sido decorrente de fatos supervenientes e circunstâncias excepcionais devidamente comprovadas, poderá a Associação de Apoio a Escola Estadual Antônio Alencar Leão, promover a alteração dos preços registrados na ARP, desde que observadas as seguintes condições:

I – Trate o objeto da ARP de bem ou objeto imprescindível para a Administração;

II – Haja justificativa robusta e contextualizada da repercussão superveniente e relevante na cadeia de produção dos bens, afetando a formação de preços no mercado relevante;

III – seja realizada pesquisa de preços demonstrando a atualidade dos valores praticados no mercado; e

IV – Haja concordância do fornecedor quanto aos novos preços.

6.10. Não havendo êxito nas negociações previstas acima, a Associação de Apoio Colégio Estadual Antônio Alencar Leão deverá proceder o cancelamento da ARP, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.11. As hipóteses de cancelamento da ARP e suas consequências deverão constar do instrumento convocatório.

6.12. Cabe à autoridade competente decidir quanto ao cancelamento do registro de preços.

6.13. Nas hipóteses em que se proceder ao cancelamento do registro de preços, tiver sido formado cadastro de reserva e houver interesse no seu acionamento, caberá à unidade técnica responsável pelas licitações e contratos da Associação de Apoio a Escola Estadual Antônio Alencar Leão, em conjunto com a unidade gestora da ARP, realizar os procedimentos operacionais destinados ao chamamento do cadastro de reserva.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das sanções estabelecidas no Edital e anexos da Licitação.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Os Gestores do contrato serão os servidores: **Aldenice Leandro de Sousa Santos o - Mat. 433450-3** e **José Carlos da Silva - Mat. 729015-3**.

8.2. A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores: **Francisco Barbosa da Silva Filho - Mat. 644733-3** e **Genilda Aurelio da Cunha - Mat. 375916-1**, conforme Portaria 05 de 10 de maio de 2024, ambos professor e coordenadora pedagógica do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.



8.3. A comunicação entre o contratante e a empresa contratada deverá ocorrer por intermédio do endereço cadastro no SIAFI, sendo que o contratante não se responsabiliza por qualquer inconsistência nos dados de e-mail.

8.4. Caso a contratada necessite encaminhar qualquer comunicação ao Contratante poderá fazê-lo por intermédio do e-mail: antonioalencarleao@ue.seduc.to.gov.br, ou pelo telefone (63) 3464-1817.

Compete ao Gestor da Ata de Registro de Preços:

8.5. Solicitar à autoridade competente a autorização para o acionamento da Ata; e 8.6. Realizar a gestão dos acionamentos da Ata, bem como o controle de seus quantitativos, de sua vigência e a verificação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e anexos da Licitação e no Termo de Referência.

Guaraí/TO, dia/mês de 2025

Nome da empresa
Fornecedor

Aldenice Leandro de Sousa Santos
Presidente da Associação



ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO ALENCAR LEÃO E A EMPRESA

....

A Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, inscrita no CNPJ:01.575.370/0001-10, com sede à Avenida Joaquim Guará, nº 2.801, Centro, Guaraí/TO, neste ato denominada **CONTRATANTE**, representada por sua presidente, Aldenice Leandro de Sousa Santos, e a empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ:[número], com sede em [endereço completo], neste ato denominada **CONTRATADA**, representada por [nome do representante], portador(a) do Documento de Identidade nº [número] e CPF:[número], de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração, contrato social ou estatuto social, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº [número]/2024 e da ARP nº [número]/2024, sujeitando-se às normas previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, bem como às demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, fundamentais para a manutenção preventiva e corretiva, visando atender a demanda dos alunos matriculados no Colégio Estadual Antônio Alencar Leão do Município Guaraí/TO.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O objeto contratado possui as seguintes especificações e valores:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	VL.Unit.	VL.Total

2.2. O valor total contratado é de R\$ _____ (valor por extenso), conforme proposta da Contratada

2.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da aquisição do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A Dotação Orçamentária para cobrir as despesas decorrentes da contratação do objeto, correrá à conta dos recursos provenientes do programa gestão compartilhada.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA, PRAZOS OU CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega será realizada de forma parcelada de acordo com as necessidades da Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, e quando solicitado o prazo máximo para entrega será de 12 horas, devido a unidade escolar não possuir depósito que venha a suportar o



quantitativo de uso semanal, contados da confirmação do recebimento da solicitação para o fornecedor, durante o horário de expediente, das 07h às 11h e das 13h às 17h (de segunda a sexta-feira), no Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, Localizada na Avenida Joaquim Guará, nº2.801, Centro - CEP: 77700-000, Guaraí/TO.

4.2. O objeto será prestado/entregue em Guaraí/TO.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato.
- 6.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o objeto e prover os pagamentos dentro dos prazos convencionados.
- 6.3. Processar e liquidar a fatura correspondente aos valores, através de Ordem Bancária, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.
- 6.4. Acompanhar, controlar e avaliar a entrega do objeto, através da unidade responsável por esta atribuição.
- 6.5. Fiscalizar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

A contratante não será responsável:

- 6.6. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 6.7. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou objeto não previstos nesta contratação.
- 6.8. A Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A contratada será responsável pela observação das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estadual e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.
- 7.2. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Contrato.
- 7.3. Arcar com todos os custos diretos e indiretos da Contratação.
- 7.4. Será responsável pela observação das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estadual e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.
- 7.5. Executar o objeto no prazo determinado, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em condições adequadas.
- 7.6. Comunicar ao contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao objeto, bem como atender prontamente às suas solicitações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 7.7. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail, juntando a documentação necessária à sua comprovação.
- 7.8. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.
- 7.9. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes ao objeto



executado por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com a Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

7.10. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados partir da publicação do extrato do contrato, ou até a satisfação integral do objeto, na forma do art. 105 da Lei nº14.133/2021.

8.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

9. CLÁUSULA NONA- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Os Gestores do contrato serão os servidoras: **Aldenice Leandro de Sousa Santos o - Mat. 433450-3 e Lanniel Primo Oliveira - Mat. 1089560-18**, ambos do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

9.2. fiscalização do contrato será realizada pelos servidores: **Francisco Barbosa da Silva Filho - Mat. 644733-3 e Genilda Aurelio da Cunha - Mat. 375916-1**, conforme Portaria 06 de março de 2025, ambos professor e coordenadora pedagógicos do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

9.3. Havendo a necessidade de substituição, a unidade técnica indicará os substitutos para as funções indicadas acima.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal para o objeto à contratante.

10.2. O pagamento apenas será efetivado após verificação da regularidade fiscal junto ao SIAFE - TO, ou, se for o caso, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim.

10.3. O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia útil, a partir do recebimento definitivo do objeto pelo Gestor do Contrato, mediante depósito bancário em conta corrente da contratada.

10.4. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho e vinculado à conta corrente.

10.5. O contratante se reserva no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da contratada, ainda, se for constatado, que os produtos entregues não correspondem às especificações apresentadas na proposta.

10.6. A Contratante irá efetuar a retenção das alíquotas relativas aos tributos estabelecidos na legislação vigente.

10.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.8. No caso de atraso de pagamento superior a 15 (quinze) dias úteis, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Associação de Apoio Colégio Estadual Antônio Alencar Leão encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE



11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços do objeto serão reajustados de acordo com a variação geral do Índice Geral de Preços –

Disponibilidade Interna (IGP/DI) da Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou pelo índice que venha a substituí-lo, com base na seguinte fórmula: $R = V \times I$ Onde: R = valor do reajuste procurado; V = valor inicial do contrato; I = IGP-DI (FGV) acumulado dos últimos 12 meses, a contar da data limite fixada para apresentação da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei nº14.133/21.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº14.133/2021, o contratado que:

13.3. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.4. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento do serviço público ou ao interesse coletivo;

13.5. Der causa à inexecução total do contrato;

13.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.7. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.8. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº12.846/2013.

13.11. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.12. Advertência;

13.13. Impedimento de licitar e contratar;

13.14. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

13.15. Multa.

13.16. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.17. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



13.18. O valor da multa aplicada (tanto compensatória quanto moratória) deverá ser recolhido no setor financeiro da Associação de Apoio Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após a respectiva notificação.

13.19. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, devidamente autuado, e que assegure o contraditório e a ampla defesa, conforme os preceitos legais da Lei nº14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.4. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

14.5. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº14.133/2021.

14.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.9. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.10. Deverá ser ouvida a Consultoria Jurídica quando da rescisão do contrato com fulcro no disposto no inciso VIII do art. 137 da Lei nº14.133/2021.

14.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

O presente Contrato fundamenta-se:

15.1. Na Lei nº14.133/2021;

15.2. Nos preceitos de direito público;

15.3. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

15.4. No Edital do **Pregão Eletrônico nº 02/2025**, e na proposta apresentada pela Contratada.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

16.1. A comunicação entre o Contratante e a empresa Contratada deverá ocorrer por intermédio do endereço cadastrado no SICAF, sendo que o CONTRATANTE não se responsabilizando por qualquer inconsistência nos dados de e-mail.

16.2. Caso a contratada necessite encaminhar qualquer comunicação ao Contratante poderá fazê-lo por intermédio do e-mail: antonioalencarleao@ue.seduc.to.gov.br, ou pelo telefone (63) 3464-1817.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. As cláusulas de natureza econômico-financeira e regulamentar, bem como a forma de



pagamento, poderão ser alterados nas hipóteses e condições previstas no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS TRIBUTOS

18.1. É de inteira responsabilidade da contratada os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

18.2. Em caso algum, a contratante pagará indenização à contratada por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundos de Contrato entre a mesma e seus empregados.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. O presente instrumento será publicado, em resumo, Diário Oficial do Estado do Tocantins, ou equivalente na forma prevista no art. 94 da Lei nº14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da cidade de Guaraí -TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissos, pelas disposições constantes na Lei nº14.133/2021.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DAS ASSINATURAS

22.1. Assinam o presente contrato, a Presidenta da Associação de Apoio Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, bem como o representante da empresa Contratada.

Guaraí/TO, dia/mês de 2025

Aldenice Leandro de Sousa Santos
Presidente da Associação